

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

**PRODUZIDO
POR
TERNUMA REGIONAL BRASÍLIA**

Sumário

Introdução	3
Capítulo I – Guerra prolongada do Partido Comunista do Brasil	4
Capítulo II – As campanhas das Forças Legais	9
Capítulo III – Os ressentimentos e a guerrilha das redações.....	13
Capítulo IV – Conclusões.....	16

Introdução

As frequentes reportagens sobre a “Guerrilha do Araguaia”, de autoria de uma parcela da imprensa autodenominada de investigativa, vêm alimentando ressentimentos e ódios represados que o passar de mais de três décadas ainda não conjurou.

A abordagem do assunto, quase sempre unilateral por falta de profundidade ou por facciosismo, privilegia uma esquerda melindrada e revanchista, não contemplando as forças legais com a isenção que deveria cercar a análise de um momento político importante da História recente do País. Por outro lado, o silêncio que o Exército Brasileiro insiste em manter sobre o tema reforça o peso do relato de vertente única e estimula a crença no assentimento de culpa por acusações de desmandos e crueldades.

O Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA), com base nos princípios programáticos pelos quais existe e julgando-se apto a discutir o assunto com objetividade, propõe apresentar a sua visão, de forma a contribuir para o estabelecimento definitivo da verdade, apontando para o público leitor as veleidades e paixões que turvam a realidade histórica.

Assim, o TERNUMA analisará a matéria em três capítulos, enfocando a atuação dos contendores com base nas premissas político-doutrinárias que nortearam as ações, comentando alguns desvios sobre o conflito e concluirá no quarto capítulo com uma interpretação crítica.

Cabe ressaltar que todo o trabalho baseou-se na pesquisa de documentos e publicações da Internet, em depoimentos e artigos jornalísticos e na experiência pessoal de integrantes do Grupo, sem o apoio oficial ou consentido das partes litigantes.

Os nomes e fatos relatados são de domínio geral e, portanto, não se encontram protegidos por nenhuma legislação sobre assuntos sigilosos, nem se restringem ao conhecimento exclusivo de personalidades ou entidades públicas ou privadas.

Capítulo I

Aguerra prolongada do Partido Comunista do Brasil

Em 1956, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) traçou novos rumos para o movimento comunista internacional, propondo a coexistência amistosa entre os blocos antagônicos da “guerra fria” e pregando a transição pacífica - via eleitoral, principalmente – para a chegada ao socialismo. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), inteiramente alinhado à matriz soviética, resolveu também abrandar as formas de agir, decisão tomada no seu V Congresso, em 1960, quando foram expulsos dos seus quadros Maurício Grabois e João Amazonas, entre outros, que teimavam em postular a priorização da luta armada. Os comunistas do “Partidão”, assim, passaram a adotar a defesa da “via democrática” para a chegada ao poder e a conseqüente implantação da ditadura do proletariado, dentro da concepção leninista de que “a Democracia não é mais do que uma tática descartável como todas as táticas”.

Em 1962, enquanto o Brasil vivia a plenitude do exercício de um regime político inteiramente democrático, o PC do B, surgido do cisma ideológico do PCB, passou à defesa intransigente da tomada do poder pela “violência revolucionária”, para a imposição de um “governo popular e revolucionário”. A expressão “violência” não era mero instrumento de retórica para caracterizar um eventual incremento no ardor da revolução, mas, sim, um conceito doutrinário pelo qual não aceitavam nenhuma transição que não passasse pelo caminho das armas, como ensinava Mao Tse-tung, maior ideólogo da revolução chinesa: “não é possível transformar o mundo a não ser com o fuzil”. Dessa maneira, rompido com o centro irradiador tradicional, o PC do B foi buscar na China o exemplo a seguir, encontrando a fórmula da “Guerra Popular Prolongada”, pela qual atuaria o “Exército Popular”, a surgir da mobilização e organização das massas camponesas e “capaz de travar a guerra regular e empreender batalhas decisivas”. Para realizar toda essa intrincada estratégia revolucionária, urgia um começo, logo imaginado com a tentativa de organizar um movimento guerrilheiro, definido como: “a forma principal de luta na fase inicial da guerra popular, através da qual é que se poderá iniciar a ação armada contra os inimigos da Nação e começar a estruturar as Forças Armadas Populares”.

A formação de quadros do PC do B para a constituição do emergente núcleo guerrilheiro teve origem com o envio à China, em 1964 e ainda durante o governo João Goulart, do primeiro de um total de três grupos de militantes para treinamento na Academia Militar de Pequim.

A área escolhida para a implantação da guerrilha foi o “Bico do Papagaio”, no Estado de Tocantins, limitado, ao sul, pelo paralelo que passa pelo município de Araguaianã; pelo rio Araguaia, a oeste; e pelo rio Tocantins, ao norte e leste. Genericamente chamado de Araguaia pelas partes conflitantes, o palco de operações, forrado por exuberante floresta equatorial, reunia excelentes condições para o esforço do PC do B na conquista do apoio da rarefeita população de cerca de 20 mil habitantes, em aproximados 7000 km², historicamente esquecida por todas as esferas governamentais e vítima de graves carências sócio-econômicas. Os conflitos de terra e a pobreza eram motes valiosos para o trabalho de massas, assim como qualquer paliativo que viesse trazer alívio aos efeitos das deploráveis condições médico-sanitárias existentes.

Desde 1966 o PC do B passou a infiltrar militantes para o Araguaia, os quais logo tentaram conquistar a simpatia dos locais, por meio de alguma assistência social e de noções de organização comunitária, tudo acompanhado de crescente proselitismo político. Enquanto isso, os infiltrados passaram a familiarizar-se com o terreno hostil e apurar o adestramento militar, com a prática de: tiro; sobrevivência, orientação e deslocamento em área de selva; e técnicas de incursões armadas, fustigamentos e emboscadas. Os primeiros elementos chegados à região eram eminentes membros do Partido e quadros com o curso de capacitação militar realizado na China. Dentre os pioneiros citam-se: Osvaldo Orlando da Costa, Maurício Grabois, Líbero Giancarlo Castiglia, Elza Monerat, Ângelo Arroyo, João Amazonas, João Carlos Haas Sobrinho e Néelson Piauhy Dourado. Desses, não morreram na luta João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo, que desertaram em fases diferentes do conflito.

As “Forças Guerrilheiras do Araguaia” (FOGUERA) surgiam como o embrião de um movimento guerrilheiro com o qual o PC do B pretendia a sua Guerra Popular Prolongada. Premente se tornava dar-lhes forma para passar às operações de combate, sobretudo pela inevitável presença do oponente, ainda em pleno processo de organização delas. Para esse mister debruçou-se a Comissão Executiva do Partido, integrada por elementos do Comitê Central e única responsável pelos contatos das Forças com o mundo exterior. Subordinada, então, à Comissão Executiva estruturou-se a Comissão Militar (CM), encarregada de estabelecer, segundo estritas diretrizes recebidas: a estratégia de atuação guerrilheira; o treinamento

militar dos destacamentos subordinados; e, entre outras, a atuação dos destacamentos junto às massas. Finalmente, à CM enquadravam-se três Destacamentos, constituídos de Grupos de sete elementos cada, assim nomeados: o “A”, com atuação na região da Transamazônica; o “B”, atuante no vale do Gameleira; e o “C”, com ações a sudoeste da serra das Andorinhas. Ao todo e até o final das operações o efetivo das FOGUERA beirou os setenta integrantes.

A organização das Forças era celular e obedecia a rigorosa “compartimentação”, com vistas à proteção do sigilo das operações e a preservar a identidade dos componentes. Assim, apenas o comandante o subcomandante de Destacamento conheciam as áreas de atuação de seus Grupos e de outros Destacamentos, bem como somente os comandantes de Destacamentos conheciam os locais de encontro com os integrantes da Comissão militar.

Pelo pretexto de não dispor de uma estrutura administrativa que lhes permitisse isolar desertores, elementos não-colaboradores ou militares eventualmente caídos prisioneiros ou feridos, as FOGUERA constituíam os “Tribunais Revolucionários” para “julgar” e “justiçar” indesejáveis. A esse poder supremo são creditadas as mortes de Rosalino Cruz Souza, militante desertor, e dos moradores locais Osmar, Pedro “Mineiro” e João “Mateiro”. A eliminação fria de inimigos foi tacitamente admitida no chamado Relatório de Ângelo Arroyo (Editora Anita Garibaldi – 1996), de autoria de um dos dirigentes da Comissão Militar, que assinalava como erro de “certa importância” para a derrota no Araguaia: “Não se ter justificado determinados inimigos. É o caso dos bate-paus como Pernambuco, Antônio e o irmão, e talvez os elementos que haviam chegado de fora, suspeitos de pertencerem ao Exército”. Tais “órgãos de justiça” eram motivo de intensa propaganda, objetivando desestimular delações e constituir elemento de pressão psicológica. Irracional e vítima da “racionalidade guerrilheira”, a cadelinha “Diana”, mascote do Destacamento “A”, foi justificada a facadas, pelo militante Micheas Gomes de Almeida, o “Zezinho”, acusada de denunciar a posição do Destacamento, por deslocar-se, levada pelo instinto materno, do ponto onde se encontrassem os seus amigos homens até o lugar onde estavam os seus filhotes, para, simplesmente, dar-lhes de mamar.

Quase oito anos se passaram na tentativa do PC do B de formar um movimento guerrilheiro que viesse empolgar as massas para a Guerra Popular Prolongada. O Relatório Arroyo exagerou e muito no “sucesso” obtido junto à população, contabilizando o apoio de 90% dela. Admite-se que, no máximo, cerca de 180 (cento e oitenta) habitantes locais, direta ou indiretamente, tenham aderido como combatentes ou colaboradores.

Durante tempo considerável, as FOGUERA ficaram isoladas do restante do País e sujeitas à sobrevivência pelos meios próprios e pelo que pudessem amealhar na selva onde se embrenharam. A caça e a pesca, apesar de abundantes, eram as únicas fontes de alimentos disponíveis. Por essa razão, o prosaico jabuti tornou-se verdadeiro símbolo da sobrevivência, merecendo a folclórica promessa da CM de eternizá-lo em estátua, “quando viesse a vitória do movimento”. Essa desesperadora situação de 1973 e o total abandono a que foram relegadas pelo Partido mereceram a crítica de Pedro Pomar, integrante do Comitê Central, que em 1976 admitiu ter o Exército conseguido, na ofensiva final, em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros e até mesmo atingir e dismantelar a Comissão Militar. Segundo ele, a direção do Partido nas cidades perdeu o contato com os camaradas do sul do Pará, e não sabia quantos deles sobreviveram ou se sobreviveram. Ainda segundo Pomar, por dois anos o Comitê Central e o Partido ficaram em compasso de espera, confiando que alguma coisa ou informação desfizesse as dúvidas sobre o destino dos camaradas que se encontravam no Araguaia e sobre o fim ou não da luta guerrilheira.

A autocrítica é ainda mais ácida no Relatório Arroyo que apontou, dentre os inúmeros erros da Comissão Militar, o pequeno número de ações provocadas de moto próprio em dois anos de luta, o que ele constatou pelo fato de que a imensa maioria das baixas decorreu do fator surpresa, em decorrência do Exército ter mantido sempre a iniciativa das ações.

O PC do B também não dedicou nenhuma atenção ao restante dos militantes de base, que até 1976 desconheciam o fracasso no Araguaia e durante todo o tempo mantiveram-se iludidos pela propaganda ufanista provida da Rádio Tirana da Albânia.

O fanatismo, a cega devoção à causa, e o entorpecimento de valores éticos e morais transformaram alguns integrantes das FOGUERA em lendas vivas aos olhos de humildes moradores locais, que, crédulos, chegavam a considerá-los verdadeiros totens e senhores da imortalidade, como Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”, e Dinalva Conceição Teixeira, a “Dina”. A “saga” dos combatentes das FOGUERA e os seus decantados “heróis” não foram suficientes para levar a aventura a nenhum resultado prático, sobretudo pela falta de efetivo apoio político externo, já que a China, fonte inspiradora inicial, já buscava estabelecer relações diplomáticas com a “ditadura fascista brasileira”. Curiosamente, hoje a esquerda brasileira, malgrado críticas do próprio PC do B, dá ares de vitória ao movimento, ao qual rotula de “guerrilheiro” e, por conseguinte, merecedor do amparo das leis da guerra, especialmente da Convenção de Genebra. Desmemoriada por interesse, não considera que a violência revolucionária era um princípio

ilegal, de uma entidade clandestina, que não contemplava a Democracia como um fim e nem mesmo como etapa política, e que transgredia o ordenamento jurídico de uma Nação soberana e legalmente reconhecida no concerto das Nações. Tudo, em suma, denota simplesmente o esforço em sacralizar um bando fora-da-lei, banalizando o crime em nome de uma finada ideologia.

Capítulo II

As campanhas das Forças Legais

Desde 1969, os órgãos de inteligência, particularmente os das Forças Armadas, possuíam indícios de atividades do ilegal PC do B na região do Bico do Papagaio.

A suspeita ensejou, em novembro de 1970, a realização de um exercício militar – a Operação Carajás –, manobra que coroava o ano de instrução e que se constituía em excelente oportunidade de adestramento para os recrutas incorporados naquele mesmo ano, dentro de um quadro tático de contra-guerrilha em ambiente de selva. A manobra também envolveu efetivos das outras Forças Singulares, realizando-se com objetivo dissuasório e de levantamento de informes. A iniciativa, todavia, não confirmou nenhuma evidência sobre atividade guerrilheira, mas reforçou a necessidade de urgente ação governamental na área considerada verdadeira terra-de-ninguém, por situar-se em confluência de três Estados da União, sem precisa definição de responsabilidade para nenhum deles.

A presença do PC do B no Bico do Papagaio ficou finalmente assinalada com a prisão, no Ceará, no início de 1972, do casal Pedro Albuquerque Neto e Tereza Cristina Albuquerque, militantes evadidos do Araguaia pelo fato de que Tereza engravidara e lhe fora determinado, pela Comissão Militar das FOGUERA, realizar o aborto, no que se insubordinaram.

No início de abril de 1972, a região recebeu equipes especializadas em inteligência, que da busca do conhecimento sobre a atividade clandestina logo efetuaram as primeiras prisões, a saber: a 13 de abril, o morador local Francisco Amaro Lins; a 14 de abril, Eduardo José Monteiro Teixeira, nas proximidades de Araguatins, quando tentava incorporar-se ao movimento; a 15 de abril, Rioco Kayano, em um hotel de Marabá, abandonada por Elza Monerat que fugiu na iminência da prisão de ambas; e, a 18 de abril, uma das mais importantes prisões, a de José Genoíno Neto.

Em 08 de maio de 1972, o Exército sofreu as suas primeiras baixas, ao ter

uma equipe de busca de informes emboscada por elementos liderados por “Osvaldão”. Na refrega morreu um Cabo, Odílio Cruz Rosa, e foi ferido um Sargento. O episódio marcou o surgimento da lenda em torno do militante, que desafiou o Exército a ir resgatar no local da emboscada o corpo que ele, de propósito, deixara insepulto como “isca”. O resgate, no entanto, foi normalmente realizado, embora sem o apoio de guias mateiros, amedrontados com as bravatas de Osvaldão.

Derrubado o sigilo de parte a parte, o Exército retraiu a maioria das equipes de inteligência e passou a empregar tropa convencional, enquadrada por um Destacamento formado por três Pelotões de Selva e cinco Pelotões de Infantaria Motorizados (PELOTARES), além de efetivos de apoio, particularmente da Aeronáutica. O Destacamento, na verdade, não realizou ações de combate, limitando-se a operações de vigilância e à execução de Ações Cívico-Sociais, estas para neutralizar qualquer apoio da população aos sediciosos.

Em vista dos resultados obtidos até então, e consoante diretriz baixada pelo Estado-Maior do Exército, a partir de 18 de setembro de 1972 executou-se nova manobra de adestramento de recrutas, por doze dias, com cerca de 2500 (dois mil e quinhentos) homens reunidos em cinco Batalhões de efetivos reduzidos, três Companhias e cinco PELOTARES, e reforçados por elementos dos Fuzileiros Navais, frações de Operações Especiais e da Aeronáutica.

As autoridades imaginaram que a expressiva presença militar e a resultante demonstração de força estimulariam o PC do B a abandonar a região. Ao contrário, a saída da tropa foi interpretada pela Comissão Militar como mostra de fraqueza ou de impotência, o que estimulou a continuação da aventura guerrilheira e aticou a propaganda do PC do B, notadamente a veiculada pela Rádio Tirana da Albânia.

Terminada a manobra, permaneceram na área tropas da Polícia Militar de Goiás, historicamente estigmatizadas pela prática de arbitrariedades e por um estreito alinhamento aos senhores da terra, resultando latente o clima de tensão social, fato que motivou ainda mais a disposição dos comunistas ao trabalho de massas.

Mantido o cenário, o Governo convenceu-se do fracasso na tentativa de resolver o problema sem confronto. Assim, o Exército planejou e conduziu nova operação de inteligência – a Operação Sucuri –, dessa feita com base em muito bem elaborada infiltração de agentes na região, todos eles experimentados profissionais adaptados às rotinas e características da área,

tudo com o eficiente apoio do INCRA e SUCAM. Ao longo de mais de quatro meses, a operação foi cercada de êxito e colheu preciosos resultados, graças a uma inédita manutenção do sigilo, considerando-se o vulto dos recursos humanos empregados, o tempo decorrido e a gama de “estórias-coberturas” desenvolvidas. O PC do B, por outro lado, descuroou-se da segurança, superestimando a solidez de sua presença e subestimando a capacitação da inteligência militar. Além disso, a CM das FOGUERA demonstrou excesso de confiança e inteiro desleixo no tratamento de informes, desprezando significativos indícios sobre atividades de agentes militares.

Com os dados colhidos pela Operação Sucuri, o Exército foi suprido de farto material acerca dos rebeldes, de seus contatos, da rede de apoio, das direções gerais de concentração e homizio e, fundamentalmente, da sua provável composição e poder de combate. Logo que reunido todo esse conhecimento, e com a surpresa assegurada, procedeu-se ao cerco estratégico da área com o emprego das Polícias Militares de Goiás e do Pará no bloqueio das estradas e caminhos de saída, retirando completamente das FOGUERA qualquer apoio do mundo exterior e o contato com o Partido. De pronto, os insurretos também foram privados da sua rede de apoio, pela prisão e o isolamento de cerca de 160 (cento e sessenta) colaboradores ou suspeitos de colaboração, logo evacuados com seus familiares para acampamentos sob o resguardo da autoridade militar. Tais colaboradores, então conscientizados sobre a ilegalidade das peripécias com que compactuavam, tiveram atendidas importantes necessidades básicas, como a expedição de certidões, registros de identidade e titulação de terras, o que neutralizou a doutrinação político-ideológica a que estiveram submetidos por longo período. A privação da rede de apoio foi severo revés infligido às FOGUERA, uma vez que se constituíam na mais importante base de informes e na única fonte de suprimentos, como o simples e imprescindível sal de cozinha.

Concomitantemente, desencadeou-se o emprego da tropa de combate, compostas por frações constituídas de profissionais especializados em operações de selva, com o seguro apoio dos agentes da Operação Sucuri transformados em guias, pela perfeita familiaridade com as trilhas e picadas que tinham levantado no trabalho anterior. O efetivo empregado foi de 750 (setecentos e cinqüenta), na maioria provindos da própria região amazônica e perfeitamente adaptados ao ambiente operacional. A utilização de trajes descaracterizados e de equipamento não convencional, bem como o uso de codinomes e a ausência de insígnias de postos e graduações, aumentaram o conforto, a segurança e a operacionalidade da tropa. O armamento era o de dotação para Unidades de selva, fato que propiciava considerável poder de

fogo e desequilibraria o combate em favor da tropa legal. O planejamento de emprego considerava também o prolongamento das operações por tempo indeterminado, o que indicou o revezamento do efetivo total entre três grupos de 250 (duzentos e cinquenta) homens, resultando em preciosa recomposição no moral e estado físico dos combatentes.

Iludidas com o “modus operandi” do Exército nas etapas anteriores, pelo qual não recebeu engajamento decisivo, as FOGUERA foram surpreendidas pela determinação com que a tropa lhes dava combate e firmemente adentrava pela selva sob as difíceis condições impostas pelo período chuvoso. A falta de apoio e a penúria dos meios de subsistência também lhes limitavam o ânimo, a mobilidade e a capacidade de reação. Em tais circunstâncias, as suas baixas naturalmente surgiriam pesadas, o que, sem dúvida, daria por encerrada a suicida tentativa de preparo e desencadeamento de um movimento guerrilheiro. Tragicamente, finava o delírio que embalava o sonho do PC do B de transformar o Brasil, pela violência revolucionária, na sua ditadura do proletariado.

Se o PC do B não quis ou não soube contar os seus mortos e desaparecidos, não é culpa das Forças Legais.

Pelo que registra a História, as Forças Armadas do Brasil nunca tiveram o hábito de esquecer os seus, mesmo no desatino de um conflito provocado por essa insanidade política que lhe resultou dois mortos e seis feridos.

Capítulo III

Os ressentimentos e a guerrilha das redações

“A sociedade brasileira merece e exige ser esclarecida sobre os fatos da Guerrilha do Araguaia”.

É o argumento justo e irrefutável de todos os que têm cobrado resposta a indagações sobre esse pesadelo político. Alguns na busca honesta de realmente aclarar um passado nebuloso. Outros, infelizmente, na ânsia de tingir de marrom uma parte da mídia ávida só por vender notícia. Outros ainda que, na abstinência do modismo revolucionário, insistem em remoer ressentimentos pela derrota nos campos da luta armada e das idéias.

Aos primeiros, dedicamos o esforço sincero de preencher o vazio deixado pela palavra oficial, pois entendemos que Forças Armadas cumpriram o papel que a lei lhes determinava, não havendo, portanto, justificativa para a opção pelo silêncio. A eles os dois capítulos anteriores já bastam para conformar uma opinião desapaixorada.

Aos demais, impomo-nos a tarefa de prosseguir, com o fim de apontar distorções e denunciar preconceitos. A mentira e a desavergonhada maquinação da notícia não raras vezes são instrumentos de maus profissionais, renomados ou não, mais preocupados com o próprio nome associado às “denúncias” do que propriamente com a veracidade e o conteúdo do que denunciam.

Dessa maneira, temos lido com freqüência “primorosas” reportagens, algumas flagrantes ridicularias, que chegam ao disparate de dar crédito a sandices como a exumação de uma cabeça humana, sangrando, após três meses de enterrada dentro de um saco. Da mesma forma, alguns jornalistas expõem-se ao escárnio por dar crédito a “insuspeitos” testemunhos, como o de um caboclo do Araguaia, que disse ter visto um morador ficar pendurado pelos testículos, que, ao final da tortura, tinham meio metro de comprimento. A qualidade das provas apresentadas também beira o grotesco, como o “reconhecimento” de sua ex-companheira “Valquíria” por “Zequinha” – o já citado matador da cadelinha Diana –, pelo formato do crânio e pelos dentes, em restos mortais desenterrados, após quase trinta anos de sepultados.

Uma ruidosa expedição, enviada ao Araguaia às expensas do contribuinte, aliás, sobrevoou, exaustivamente, a Serra das Andorinhas, em um helicóptero da FAB, guiada por um “arrependido” Coronel da reserva e ex-piloto das Forças Legais, com o objetivo de localizar sepulturas clandestinas na mata densa que recobre a região. O inevitável insucesso do mirabolante intento os decepcionados expedicionários creditaram ao “branco” que turvou os sentidos paranormais do militar. O histriônico episódio teve seu “grand finale” no desembarque em Brasília dos briosos integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, liderados pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, que, pessoalmente, fazia questão de ser documentado pelas luzes da mídia conduzindo ossadas humanas que trazia de humildes jazigos do Araguaia, associando-as espetaculosamente a guerrilheiros. Toda essa pantomima ocorreu em outubro de 2001, e, até agora, os despojos jazem esquecidos em alguma gaveta médico-legal. Estão à espera da mágica que os faça adquirir identidade política ou da comiseração cristã de alguém desapaixonado que lhes traga respeito, restituindo-os aos túmulos violados.

De algumas redações têm saído verdadeiros cultores de mitos, que alçam o negro Osvaldão como o Zumbi da Guerra Popular. Dão-lhe destaque até por ser presumido gerador de herdeiros sem paternidade, nascidos de românticas incursões noturnas para serem depois afastados dos pais naturais pelos cruéis militares. Delas também pontuou um açodado cronista político que se deu o exagero de equiparar a vida de João Amazonas de Souza Pedroso ao resumo da história do Brasil.

João Amazonas, fundador do PC do B e um dos pais da aventura da Araguaia, dela desertou para deixar as FOGUERA entregues à própria sorte. Anos depois - precisamente a 16 de maio de 1996, em depoimento à “justa” Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados -, esgrimiu a mentira, sem nenhum respeito à sua condição de homem provento, ou a menor reverência à memória política do País, declarando com desfaçatez:

“As greves foram proibidas. Os sindicatos interditados. Enfim, com o chamado Ato Institucional nº 5, impôs-se um regime de terror contra o povo, isso sem falar nos planos terroristas do Rio-Centro e das maquinações monstruosas do brigadeiro Burnier, denunciadas pelo capitão Sérgio, conhecido como Macaco.

É nesse ambiente que surge o Araguaia, organizado e dirigido na clandestinidade pelo Partido Comunista do Brasil. Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão, não visava implantar o socialismo no Brasil. Destinava-se a organizar a resistência

armada contra a ditadura, já que outras formas de luta não havia espaço para se concretizar nas cidades.

O objetivo político da Guerrilha do Araguaia estava expresso em um documento largamente distribuído entre a população do sul do Pará, intitulado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Esse era de fato o objetivo da luta guerrilheira do Araguaia, um movimento intimamente ligado à população camponesa pobre e sofrida da região”.

A mentira atropelou épocas e objetivos. Amazonas nem de leve se corou ao falar de um movimento com berço programático em 1962, em plena vigência da normalidade democrática, embevecendo os atentos comissários dos direitos humanos com alusões a fatos políticos de uma “ditadura” posterior ao início da tentativa de implantação da sua Guerra Popular Prolongada. A “União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo” nada mais foi do que o nome de fantasia das suas Foguera, já quando o movimento estava em seus estertores, assim denominado em erudito panfleto totalmente fora da compreensão da gente simples e sem instrução da área. Enlouquecido em sua impostura, Amazonas delirou, ao avaliar o efetivo do Exército que seus comandados enfrentaram, citando a presença de vinte mil soldados. Ora, esse número, se verdadeiro, representaria o mesmo que população nativa, o que é um grande absurdo. Ademais, seria inimaginável para o Governo sustentar vinte mil homens em operações, durante três anos, sem despertar nenhuma atenção da opinião pública. Manter essa balela é lamentável, por representar uma ridícula estultice, que ofende o bom senso do povo brasileiro.

Capítulo V

Conclusões

A Guerrilha do Araguaia não passou de uma aventura de um grupo verdadeiramente pequeno e residual, sejam quais forem os ângulos por quais ela possa ser analisada.

Pelo enfoque político não passou do desvario de um Partido ilegal e clandestino em engendrar a incoerência de uma guerra popular sem apoio do povo, para impor-lhe o socialismo. Do ponto de vista militar, foi ação de um bando quixotesco a infligir mais prejuízos a si mesmo, perdido na selva e no emaranhado dos próprios erros. Nem os seus ideólogos resistiram a tanta bisonhice político-militar, como está claro na acidez das críticas de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, plenamente de domínio público. Aliás, o relatório de Arroyo é verdadeira confissão coletiva de culpa por tantas mazelas.

Exigir autocrítica de João Amazonas de Souza Pedroso é o mesmo que pedir a um ateu a contrição e o acolhimento de que a sua vida foi um longo suceder-se de pecados capitais. Cobrar-lhe a responsabilidade penal e moral, porém, deveria ser a obrigação da sociedade e das famílias que tiveram seus filhos levados ao infortúnio por ele, que se esconde na mentira para encobrir vários crimes, em que despontam o assassinio e a formação da quadrilha da qual desertou.

Eminentes guerrilheiros de redações queixam-se de que as Forças Armadas teriam infringido as leis da guerra e a Convenção de Genebra, assacando fantasiosos e lúgubres “testemunhos” de cuja idoneidade já se tratou. Omitem, entretanto, que se tratava de reprimir um bando fora-da-lei, que se conduzia por um procedimento que negava aos oponentes quaisquer sentidos éticos ou de justiça que não viessem de seus “tribunais revolucionários”. Deixar cadáveres insepultos e “justiçar”, como faziam os “mitológicos” Osvaldão e companhia, certamente, não estão listados como comportamentos de combatentes a merecer amparo por qualquer código legítimo. Ademais, argumentar com a falácia de que combatiam uma “ditadura militar” é coonestar atividade criminosa, pois, à época, aceitem ou não os senhores das redações, havia no Brasil um Governo legal. Usar oposição criminosa como reação a um momento político é o cínico

argumento dos que consideram mero detalhe o fato de a sociedade brasileira nunca ter autorizado usar em seu nome a violência revolucionária.

Finalmente, Sr João Amazonas de Souza Pedroso, para pôr término a tanto mal e dar definitivo esclarecimento aos fatos, mostre ao Brasil onde estão os jovens mortos e os desaparecidos que o seguiam em tantos desatinos. Liberte-se, senhor da guerra popular, de todo o seu ódio, de tanta culpa e de toda essa maldade.